



Companhia Energética Nardini

Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2023

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Avenida Presidente Vargas, 2.121

Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América

Edifício Times Square Business

14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone +55 (16) 3323-6650

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Energética Nardini Vista Alegre do Alto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Nardini (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Nardini em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-027666/F



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Ativos	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e equivalente de caixa	9	85	56
Custos de manutenção a apropriar	19	6.917	5.533
Partes relacionadas	10	17.714	14.498
Tributos a recuperar	11	1.138	818
Outros ativos		25	100
Total do ativo circulante		25.879	21.005
Tributos a recuperar	11	122	191
Total do realizável a longo prazo		122	191
Imobilizado	12	28.608	31.953
Total do ativo não circulante		28.730	32.144
Total do ativo		54.609	53.149

Passivos e Patrimônio líquido	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Fornecedores	13	1.339	776
Tributos a recolher	14	31	20
Imposto de renda e contribuição social a recolher		8	8
Salários e encargos sociais	15	501	454
Total do passivo circulante		1.879	1.258
Provisão para contingências		93	-
Total do passivo não circulante		93	-
Patrimônio líquido	17		
Capital social		43.864	43.864
Reserva legal		8.773	8.027
Total do patrimônio líquido		52.637	51.891
Total do passivo		1.972	1.258
Total do passivo e patrimônio líquido		54.609	53.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Receita operacional líquida	18	70.547	69.498
Custo dos produtos vendidos	19	<u>(34.208)</u>	<u>(29.951)</u>
Lucro bruto		36.339	39.547
Perdas de créditos esperadas		-	99
Despesas gerais e administrativas	19	(37)	(35)
Outros ganhos (perdas), líquidos	20	<u>513</u>	<u>(159)</u>
Lucro operacional		<u>36.815</u>	<u>39.452</u>
Receitas financeiras		2	-
Despesas financeiras		<u>(6)</u>	<u>(7)</u>
Resultado financeiro		<u>(4)</u>	<u>(7)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>36.811</u>	<u>39.445</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	<u>(2.453)</u>	<u>(2.208)</u>
Resultado do exercício		<u>34.358</u>	<u>37.237</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Resultado do exercício		34.358	37.237
Resultado abrangente total		<u>34.358</u>	<u>37.237</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2021	43.864	6.165	-	50.029
Resultado do exercício	-	-	37.237	37.237
Constituição de reserva legal	-	1.862	(1.862)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(35.375)	(35.375)
Saldos em 31 de março de 2022	<u>43.864</u>	<u>8.027</u>	<u>-</u>	<u>51.891</u>
Saldos em 1º de abril de 2022	43.864	8.027	-	51.891
Resultado do exercício	-	-	34.358	34.358
Constituição de reserva legal	-	746	(746)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(33.612)	(33.612)
Saldos em 31 de março de 2023	<u>43.864</u>	<u>8.773</u>	<u>-</u>	<u>52.637</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.811	39.445
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	12	2.536	2.462
Valor residual de ativo imobilizado vendido/baixado	20	(612)	3
Constituição (reversão) de provisão para contingências		93	-
Constituição (reversão) de perdas de créditos esperadas		-	99
Variação no capital circulante			
Contas a receber de clientes		-	(99)
Custos de manutenção a apropriar		(1.384)	1.280
Adiantamento a fornecedores		(36.753)	(38.243)
Tributos a recuperar		(251)	(407)
Outros ativos		-	292
Fornecedores		721	(728)
Tributos a recolher		11	(17)
Salários e encargos sociais		47	57
Fluxo de caixa antes de juros, imposto de renda e contribuição social pagos		1.219	4.144
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.453)	(2.258)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		<u>(1.234)</u>	<u>1.886</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado - partes relacionadas	20	2.000	-
Aquisição de imobilizado e intangível	12	(737)	(1.953)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos		<u>1.263</u>	<u>(1.953)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa, líquidos	9	29	(67)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9	56	123
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		<u>85</u>	<u>56</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Nardini é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem sua sede na Fazenda Vista Alegre, km 2,5 da Rodovia SP323, bloco Cogeração, sala “A” na cidade de Vista Alegre do Alto (SP), Brasil. A Companhia foi constituída como subsidiária integral da sociedade Nardini Agroindustrial Ltda.

O exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração 26 de Maio de 2023. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa n° 7.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa n° 7 f(iii) - Vida útil de ativo Imobilizado;
- Nota explicativa n° 16 - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

Não há novas normas CPC ou interpretações OCPC/ICPC que ainda não entraram em vigor ou que entraram em vigor no exercício findo em 31 de março de 2023 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Venda de energia elétrica

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem descontos obtidos de fornecedores.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros.

c. Benefícios a empregados***(i) Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Custos de manutenção (Custos a apropriar)

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para os exercícios corrente são as seguintes:

Contas	Taxa % a.a.
Edifícios e dependências	2,5
Máquinas e equipamentos	11,6
Outras imobilizações	16,2

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda

os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, ou destinado para futuro aumento de capital, com reconhecimento no patrimônio líquido da Companhia, após determinada pela controladora.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas de créditos esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual às perdas de créditos esperadas para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perdas de créditos esperadas para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual às perdas de créditos esperadas para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de créditos esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perdas de créditos esperadas é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de créditos esperadas

As perdas de créditos esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de créditos esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de créditos esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido

apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 4 (a)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

O CPC 26 exige que uma empresa classifique a dívida como não circulante somente se a empresa puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório. Por exemplo, uma empresa pode ter uma dívida de longo prazo que pode ser reembolsada em 12 meses, se a empresa não cumprir com os convênios nesse mesmo período.

Mudanças implementadas no CPC 26 especificam que as cláusulas restritivas a serem cumpridas após a data do balanço não afeta a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço. Em vez disso, as modificações exigem que uma empresa divulgue as informações sobre essas cláusulas restritivas nas notas nas demonstrações financeiras.

As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia está monitorando os efeitos futuros.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem.

As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023 (1º de abril de 2023). Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Na companhia não havia arrendamentos a reconhecer a partir de 1º de abril de 2019, logo não há diferenças temporárias tributárias a reconhecer, não existindo impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Outras Normas

Serão aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15).
- Contratos de Seguros (alterações ao CPC 50).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da

Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e bancos	85	56
	<u>85</u>	<u>56</u>

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na nota explicativa nº 21.

10 Partes relacionadas

a. Principais saldos

Ativo circulante	Saldos	
	31/03/2023	31/03/2022
Nardini Agroindustrial Ltda. Adiantamentos a fornecedores(i)	17.714	14.498
	<u>17.714</u>	<u>14.498</u>

- (i) Saldo referente a adiantamento para compra de bagaço de cana de açúcar para geração de energia elétrica conforme contrato acordado entre as partes.

b. Transações que afetam o resultado

	31/03/2023	31/03/2022
Nardini Agroindustrial Ltda. Compra de produtos e serviços	(11.109)	(13.298)
Venda de produtos e serviços	36.375	30.943
	<u>25.266</u>	<u>17.645</u>

11 Tributos a recuperar

a. Composição

	31/03/2023	31/03/2022
ICMS (i)	1.057	745
ICMS sobre compra de imobilizado	193	255
IPI	10	9
	<u>1.260</u>	<u>1.009</u>
Ativo circulante	1.138	818
Ativo não circulante	122	191

- (i) Oriundo dos créditos de insumos industriais utilizados na fabricação de energia elétrica.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções orçamentárias e dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

12 Imobilizado

a. Composição

	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Em 1º de abril de 2021					
Custo ou valor estimado	14.339	31.372	57	322	46.090
Depreciação acumulada	(1.092)	(12.678)	(16)	-	(13.786)
	<u>13.247</u>	<u>18.694</u>	<u>41</u>	<u>322</u>	<u>32.304</u>
Em 1º de abril de 2021	13.247	18.694	41	322	32.304
Adições	-	89	-	2.025	2.114
Baixas de imobilizado	-	-	(3)	-	(3)
Transferências entre grupos	-	2.032	18	(2.050)	-
Depreciação	(345)	(2.071)	(46)	-	(2.462)
Em 31 de março de 2022	<u>12.902</u>	<u>18.744</u>	<u>10</u>	<u>297</u>	<u>31.953</u>
Em 31 de março de 2022					
Custo ou valor estimado	14.339	33.493	72	297	48.201
Depreciação acumulada	(1.437)	(14.749)	(62)	-	(16.248)
	<u>12.902</u>	<u>18.744</u>	<u>10</u>	<u>297</u>	<u>31.953</u>
Em 1º de abril de 2022	12.902	18.744	10	297	31.953
Adições	-	22	-	557	579
Baixas do imobilizado	-	(1.382)	(6)	-	(1.388)
Transferência entre grupos	-	355	7	(362)	-
Depreciação	(345)	(2.186)	(5)	-	(2.536)
Em 31 de março de 2023	<u>12.557</u>	<u>15.553</u>	<u>6</u>	<u>492</u>	<u>28.608</u>
Em 31 de março de 2023					
Custo ou valor estimado	14.339	31.997	71	492	46.899
Depreciação acumulada	(1.782)	(16.444)	(65)	-	(18.291)
	<u>12.557</u>	<u>15.553</u>	<u>6</u>	<u>492</u>	<u>28.608</u>

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

13 Fornecedores

	31/03/2023	31/03/2022
De imobilizado	3	161
Diversos		
De terceiros	<u>1.336</u>	<u>615</u>
	<u>1.339</u>	<u>776</u>

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 21.

a. Conciliação efeito caixa das compras de imobilizado e intangível

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial fornecedores de imobilizado	161	-
(+) Compras (nota 12)	579	2.114
(-) Saldo final fornecedores de imobilizado	(3)	(161)
(=) Efeito caixa	737	1.953

14 Tributos a recolher

	31/03/2023	31/03/2022
Imposto sobre serviços	15	-
Cofins	7	4
IRRF	2	-
INSS	1	-
PIS	1	1
Outros	5	15
	31	20

15 Salários e encargos sociais

	31/03/2023	31/03/2022
Salários	93	92
Férias e 13º salário	240	204
Encargos sobre folha de pagamento	83	80
Encargos sobre férias e 13º salário	85	78
	501	454

16 Imposto de renda e contribuição social

(b) Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

31 de março de 2023	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda de produtos	73.421	73.421
Alíquotas de presunção - %	8%	12%
	5.874	8.811
Outras Receitas - 100%	5	5
Ganho de capital na alienação de imobilizado	619	619
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	6.498	9.435
Alíquota vigente	25%	9%
	(1.624)	(849)
Ajuste para alíquota efetiva	20	-
Diferencial de alíquota	(1.604)	(849)
No resultado do exercício	(2.453)	

31 de março de 2022	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda de produtos	72.366	72.366
Alíquotas de presunção - %	8%	12%
	5.789	8.684
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	5.789	8.684
Alíquota vigente	25%	9%
	(1.447)	(781)
Ajuste para alíquota efetiva		
Diferencial de alíquota	20	-
	(1.427)	(781)
No resultado do exercício	(2.208)	

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 43.864 (idêntico em 31 de março de 2022), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 43.863.806 ações ordinárias e nominativas.

Acionista	31/03/2023	31/03/2022
Nardini Agroindustrial Ltda.	43.864	43.864
	43.864	43.864

b. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em 31 de março de 2023 houve o pagamento de dividendos no montante de R\$ 33.612 (R\$ 35.375 em 31 de março de 2022) devidamente ratificados pelos acionistas, correspondentes ao saldo remanescente do lucro apurado após constituição da reserva legal.

18 Receita operacional líquida

a. Fluxos da receita

A Companhia gera receita principalmente pela venda energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	31/03/2023	31/03/2022
Receita bruta	73.369	72.289
Imposto sobre as vendas	(2.822)	(2.791)
	<u>70.547</u>	<u>69.498</u>

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Receita de energia por tipo de contrato:

	31/03/2023	31/03/2022
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	32.367	38.042
Mercado Livre	3.102	1.975
Partes relacionadas (i) (Nota 10)	37.900	32.272
	<u>73.369</u>	<u>72.289</u>

(i) As receitas com partes relacionadas líquida de impostos é R\$ 36.375, (R\$ 30.943 em 31 de março de 2022).

Tipo	Energia contratada (MWh)	Preço contratado (MWh)	Índice de reajuste	Mês de Reajuste
CCEE	118.656	272,78	IPCA/IGPM	Janeiro
Mercado livre	34.536	89,82	-	-
Partes relacionadas	79.100	226,17	IPCA	Abril

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos. A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/03/2023	31/03/2022
Mercado interno		
Energia elétrica -Terceiros	35.469	40.017
Energia elétrica - Partes relacionadas	17.890	15.630
Energia térmica (vapor) - Partes relacionadas	20.010	16.642
Total de mercado interno	<u>73.369</u>	<u>72.289</u>
Tributos sobre as vendas	(2.822)	(2.791)
Receita líquida	<u>70.547</u>	<u>69.498</u>

19 Custos e despesas por natureza

	31/03/2023	31/03/2022
Salários	3.979	3.286
Serviços prestados por terceiros	3.053	2.502
Biomassa	11.353	12.797
Energia elétrica	1.121	943
Produtos químicos	2.115	1.021
Manutenção em equipamentos	6.678	3.230
Apropriação de custos de entressafra	6.914	6.625
Depreciação	2.536	2.462
Outras despesas	3.413	2.653
	<u>41.162</u>	<u>35.519</u>
Classificadas como:		
Custos de produtos vendidos	34.208	29.951
Custos a apropriar	6.917	5.533
Despesas gerais e administrativas	37	35

41.162 35.519

20 Outros ganhos (perdas), líquidos

	31/03/2023	31/03/2022
Receita na venda de bens do ativo imobilizado - partes relacionadas	2.000	-
Valor residual na venda de imobilizado - partes relacionadas	(1.381)	-
Valor residual na baixa de imobilizado	(7)	(3)
Reversão (constituição) de provisão para contingência	(93)	-
Outros ganhos (perdas)	(6)	(156)
	<u>513</u>	<u>(159)</u>

21 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2023 e 2022.

	Nota	31 de março de 2023		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	9		85	85
Outros ativos		-	25	25
Total de Ativos		<u>-</u>	<u>110</u>	<u>110</u>
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	13	-	1.339	1.339
Total de Passivos		<u>-</u>	<u>1.339</u>	<u>1.339</u>

	Nota	31 de março de 2022		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	9		56	56
Outros ativos		-	100	100
Total de Ativos		<u>-</u>	<u>156</u>	<u>156</u>
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	13	-	776	776
Total de Passivos		<u>-</u>	<u>776</u>	<u>776</u>

b. Determinação do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Contra parte	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e equivalente de caixa	Bancos diversos	85	56
Outros ativos	Diversos	25	100
		<u>110</u>	<u>156</u>

A Companhia utiliza o histórico de inadimplência global para a constituição dessa provisão, o que corresponde a títulos vencidos há mais de 90 dias que indicam que os clientes não devem conseguir pagar seus saldos pendentes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Este risco está 100% gerenciado pela Companhia, que assume uma

abordagem na administração de liquidez, garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	31/03/2023	31/03/2022
Fornecedores	1.339	776
	<u>1.339</u>	<u>776</u>

A seguir, estão demonstrados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de março de 2023	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	1.339	1.339	-	-
	<u>1.339</u>	<u>1.339</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

31 de março de 2022	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	776	776	-	-
	<u>776</u>	<u>776</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP e TR.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/03/2023	31/03/2022
Ativos financeiros		
Bancos conta movimento	85	56
	<u>85</u>	<u>56</u>

Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Documentação de controles e procedimentos;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Acompanhamento mensal do Budget; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.
- Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números da controladora e consolidado:

	31/03/2023	31/03/2022
Total do passivo	1.972	1.258
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(85)	(56)
(=) Passivo líquido (A)	1.887	1.202
Total do patrimônio líquido (B)	52.637	51.891
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	3,58%	2,32%

22 Compromissos assumidos

(ii) Contratos de venda de energia elétrica

Conforme contrato celebrado com a empresa Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), há o compromisso de venda de energia elétrica de 64,5 MWh para safra 2023/2024.

23 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de banco.

24 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

CEO, Riccardo Nardini

CFO, Marcelo Pio Bertoletti

Contador, Celso Meneguesso Junior

---*---